

Renegociação pode dilatar prazos

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, disse, ontem, considerar extremamente viável que o Brasil consiga renegociar toda a sua dívida externa com prazos mais dilatados e spreads (taxas de risco) menores que os atuais 1,125% médios pagos. Bracher disse que nos Estados Unidos, para onde seguiu acompanhando o presidente José Sarney, não manterá qualquer contato com banqueiros privados, mas somente com autoridades do governo norte-americano e com dirigentes de instituições oficiais, entre elas o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Dos Estados Unidos, Bracher seguirá à França, Inglaterra e Alemanha, acompanhando o ministro Dílson Funaro, da Fazenda, para contatos com autoridades dos governos

europeus, banqueiros privados e empresários.

"Nós vamos chegar a todos estes países — disse Bracher — numa situação muito confortável para negociar, pois estamos com a casa arrumada", referindo-se ao programa de estabilização da Economia executado.

Segundo o presidente do Banco Central, o principal assunto que deverá surgir nas suas conversações com as autoridades dos governos europeus será sobre as condições de pagamento da dívida que o Brasil tem com o Clube de Paris. Entretanto, ele ressaltou que as conversações estão ainda numa fase embrionária, e que não espera qualquer resultado a curtíssimo prazo. Afirmou que no que se refere à dívida com os bancos privados europeus, também não se pode esperar resultados imediatos. Ele reconhece que não há, no momento, muita receptividade dos ban-

queiros para negociar spreads menores.

"Entretanto" — frisou Bracher — "Nós temos plenas condições de insistir mais enfaticamente nesta tecla".

Nos contatos com os empresários europeus, Bracher espera poder atrair novos negócios para o País, "que tem agora uma moeda estável e uma economia vigorosa e em pleno crescimento".

RESOLUÇÃO

O Banco Central quer converter pelo menos parte da dívida externa vencida em 1985 e 1986 em capital de risco no País e, com isso, contrabalançar a ausência de novos empréstimos externos por parte dos bancos. O governo observa, a propósito, que estão aumentando os níveis de remessa de lucros e dividendos de capitais investidos anteriormente e havendo uma debandada de moeda estrangeira com o turismo, ao mesmo

tempo em que diminuem as investimentos estrangeiros por intermédio de conversão de dívidas em capital de risco e um crescimento dos investimentos brasileiros no Exterior.

Essa preocupação do Banco Central com as contas do País com o Exterior materializou-se através da Resolução nº 1.189 — divulgada anteontem — que estabeleceu os critérios de rolagem da dívida vencida em 1985. Para os débitos relativos ao exercício passado, os cruzados depositados no BC equivalentes às moedas estrangeiras não remetidas para os pagamentos aos bancos poderão ser reemprestados, com a aceitação dos próprios bancos, a mutuários internos. O governo, ao mesmo tempo, facilita aos bancos estrangeiros a opção de converter esses mesmos empréstimos, posteriormente, em capital de risco, desde que sejam autorizados pelo Departamento de Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro (Firce).